



RELATÓRIO DE GESTÃO DA DIRECÇÃO (2018)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Lar de São José, Instituição Particular de Solidariedade Social com sede social no Largo Eduardo Malta 6200-352 COVILHÃ, tem como acção principal o apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento (CAE 87301 e 88101). Desenvolve ainda outras atividades secundárias através dos CAE 94995 e 56301.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2018.

É elaborado nos termos da norma contabilística para entidades do sector não lucrativo e contem uma exposição fiel e clara da evolução e do desempenho do Lar de São José, procedendo a uma análise equilibrada e global da sua evolução, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua acção, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

PREAMBULO

Missão, Visão e Valores do Lar de São José

Missão

Promover a prestação de serviços à população idosa pautados pelo rigor, inovação, personalização e qualidade, com o objectivo de obter a satisfação dos nossos clientes e demais envolvidos.

Visão

Ser uma Instituição reconhecida pelos clientes, familiares e comunidade em geral como uma estrutura de referência nos cuidados a proporcionar à população sénior.

Valores

A Excelência é o nosso compromisso: Esforçar-nos-emos para superar as expectativas dos nossos clientes e respeitar os compromissos que assumimos, oferecendo um serviço de excelência, sendo este um desafio diário dos nossos colaboradores.

Inicialmente apelidado de *Albergue dos Pobres*, o Lar de São José foi fundado em Fevereiro de 1900 por alguns elementos da Conferência de São Vicente de Paulo. Em 1987, viu publicado em DR (III série n.º195 de 26.08) o reconhecimento do seu estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública.

Atualmente tem assinado protocolos de cooperação com a Segurança Social para três respostas sociais:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – 167 utentes
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) – 45 utentes
- Cantinas Sociais (CS) – até 28 refeições / dia, inicialmente (valor que foi sendo reduzido ao longo do ano, tendo encerrado com 20).

Neste breve preâmbulo nunca é demais realçar e enaltecer que todas as iniciativas, actividades e projectos levados a cabo pela Instituição, mereceram o contributo e empenho dos trábaldadores, utentes e colaboradores, que em muito, contribuíram para o prestígio da nossa Instituição

1 - ALGUNS FACTOS RELEVANTES EM 2018

Renovação de instalações: Face à natureza das instalações, o seu melhoramento tem sido contínuo. Seguindo as indicações da ANPC, procedeu-se à substituição da porta que dá acesso ao exterior no refeitório, por uma porta de emergência. Concluiu-se ainda a obra do alargamento do corredor do 1º piso e deu-se continuidade à renovação das instalações eléctricas. Foram feitas também, obras na oficina de carpintaria, transformando a mesma numa sala de formação. Estes investimentos representaram um encargo inferior a 8 000€.

Melhoria dos equipamentos de trabalho essenciais ao bom funcionamento da Instituição: Aquisição de 31 ventoinhas (1101,69€), a fim de combater as elevadas temperaturas.

Cumprimento de normas legais: Foram adquiridas dois *softwares* à firma F3M, WinGCS – Processo Clínico e WinGPO. Devido às exigências impostas pela Segurança Social, a aquisição do WinGCS – Processo Clínico, tornou-se uma mais valia para a elaboração dos Planos Individuais dos utentes. Por sua vez, devido ao Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), que entrou em vigor no dia 25 de Maio, a Instituição viu-se sujeita a adquirir o WinGPO assim como a sua implementação e acessória. Estas aquisições representaram um encargo de 19 137,42€.

No quadro de pessoal, constatou-se um ligeiro decréscimo do número de trabalhadores. Verificaram-se 23 baixas médicas, sendo que 3 transitaram de 2017; 6 baixas de seguro resultantes de acidentes de trabalho, dentro destas duas que transitaram do ano anterior e uma de reabertura de processo do seguro. Cessaram-se 8 contratos e foram admitidos 3 trabalhadores.

No registo da Segurança Social, os pagamentos decorreram dentro da normalidade. No que diz respeito à **cantina social do programa de emergência alimentar,** esta teve uma frequência média de 18 refeições/dia onde se verificou um decréscimo acentuado relativamente a 2017, devido à redução faseada do protocolo em vigor. Note-se que nesta resposta social, o Lar de São José manteve o protocolo, não sem algumas dificuldades, com o Centro Social de Unhais da Serra.

A contenção de despesas esteve sempre presente no montante das compras, que se verifica igual, comparativamente com o do ano anterior (que já tinha sido reduzido). **Serviram-se 291 318 refeições.** O sector de enfermagem realizou **5989 pensos** e procedeu à marcação e realizou o acompanhamento de **479 consultas/ exames externos e 1360 consultas internas aos residentes.** De denotar que, comparativamente ao ano anterior, houve uma diminuição de 153 consultas e exames externos.

Nos rendimentos próprios, o serviço de fisioterapia para os trabalhadores tem um custo de **7,5€ à sessão.** Durante o ano de 2018 foram contabilizadas **40 sessões** (300€). Em 2017 tinha-se contabilizado 195€.

O serviço de cabeleireiro contabilizou 833,50€. Em 2017 tinha-se contabilizado 712,53€.

O serviço de cozinha, ao fornecer refeições aos colaboradores, contabilizou 2954,20€, que comparativamente ao ano anterior foi superior em 1256,67€.

Na quinta da Corredoura foram adquiridos alguns equipamentos, nomeadamente um esquentador (268,29€ + IVA) e um videoprojector (310€ + IVA) e realizaram-se diversos arranjos, de forma a corresponder aos pedidos do Centro de Formação Profissional do IEFP de Castelo Branco.

As salas de formação foram alugadas para 5 acções de formação, 4 delas ao Centro de Formação Profissional do IEFP de Castelo Branco e 1 à AvalForma - Formação e Consultoria, contabilizando num valor total de 7 929,50€ + IVA.

Donativos: Durante o ano 2018 revertam a favor da Instituição diversos donativos, entre os quais, inúmeros em género e 8 608,81€ em numerário.

2 – RELATÓRIO DA DIRECÇÃO TÉCNICA

No balanço final do ano de 2018, e realçando o trabalho e dedicação de todos os setores e serviços do Lar de São José, a Direcção Técnica desta Instituição entende destacar os seguintes pontos, que se considera terem sido os mais significativos do ano transacto.

No que respeita à valência de ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), durante o ano de 2018 ocorreram 19 novas entradas, verificando-se por sua vez 28 saídas, com a frequência mensal a variar entre os 150 e os 161 residentes.

Quanto à valência de SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), ao longo do último ano tiveram lugar 18 entradas e 25 saídas, registando-se uma frequência mensal entre os 43 e os 49 clientes.

Em ambas as valências, começou a proceder-se à elaboração uniformizada dos planos individuais, sendo que no caso da ERPI está igualmente a implementar-se o programa informático adquirido para a gestão e registo de todos os cuidados prestados aos clientes pela equipa técnica.

No que se refere à Cantina Social, foram abrangidos durante o ano de 2018 entre 10 e 14 agregados familiares por mês, num total de 13 a 19 beneficiários a serem apoiados mensalmente. No âmbito deste programa de ajuda alimentar, que a Instituição integra desde 2012, foram servidas cerca de 11 a 24 refeições por dia.

Relativamente à formação e atualização de competências dos colaboradores, decorreram em 2018 várias ações em colaboração com o IEFP (sobre "Primeiros Socorros - Suporte Básico de Vida", entre outras), a F3M (sobre "Regulamento Geral de Proteção de Dados") e a CLIGERAL (sobre "Medidas de Auto-proteção").

Ao longo do último ano foram mantidas diversas colaborações com a Universidade, Núcleos de Estudantes, Centro Hospitalar Cova da Beira, entidades formativas e escolas da cidade, em vários eventos e atividades realizados com os residentes, dentro e fora da Instituição, palestras e sessões de esclarecimento, recolha de dados para investigações/estudos e trabalhos académicos.

Importa referir, neste âmbito, duas relevantes colaborações que se mantiveram com a Universidade da Beira Interior: o protocolo com o Departamento de Ciências do Desporto, que permitiu implementar até ao final do ano letivo de 2017/2018 o programa +Ativo | Vida+, proporcionando aos residentes a prática de atividade física estruturada e adequada à sua idade e condição; e a cooperação solicitada pelo Centro de Investigação em Ciências da Saúde no âmbito do projeto "ICON - Desafios interdisciplinares em neurodegeneração", que se encontra a desenvolver uma investigação alargada acerca das doenças de Parkinson e de Alzheimer e do Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Deu-se também continuidade ao protocolo com o Departamento de Psicologia e Educação da UBI, ao abrigo do qual realizaram estágio curricular na instituição duas alunas de Mestrado em Psicologia, uma no ano letivo de 2017/2018 e outra no ano letivo de 2018/2019, ainda a decorrer. Recebemos igualmente algumas visitas de estudantes para conhecerem a Instituição e o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Psicologia.

Ainda no campo da Psicologia, tiveram início durante o ano de 2018 dois estágios profissionais para a Ordem dos Psicólogos Portugueses (um em abril e outro em setembro), financiados através do programa estágio-emprego do IEFP, que se concluirão em 2019.

Também ao abrigo do programa estágio-emprego do IEFP na área profissional de "Ajudante Familiar", foi concluído um estágio que se realizou entre janeiro e outubro, tendo-se iniciado outro em setembro, o qual está ainda a decorrer.

Em 2018 a Instituição recebeu igualmente duas estagiárias do curso de "Geriatría", que fizeram a sua formação em contexto real de trabalho durante um estágio de 120 horas, que teve lugar entre os meses de fevereiro e março.

Ao projetar o ano de 2019, é nosso objetivo comum contribuir para o bem-estar, satisfação e qualidade de vida dos nossos clientes, procurando de forma contínua potenciar as suas competências e minimizar os declínios/perdas associados. Continuaremos a promover o trabalho integrado em equipa e o adequado desempenho dos recursos humanos, de forma a construirmos uma Instituição cada vez mais preparada para lidar com os exigentes desafios que lhe são colocados.

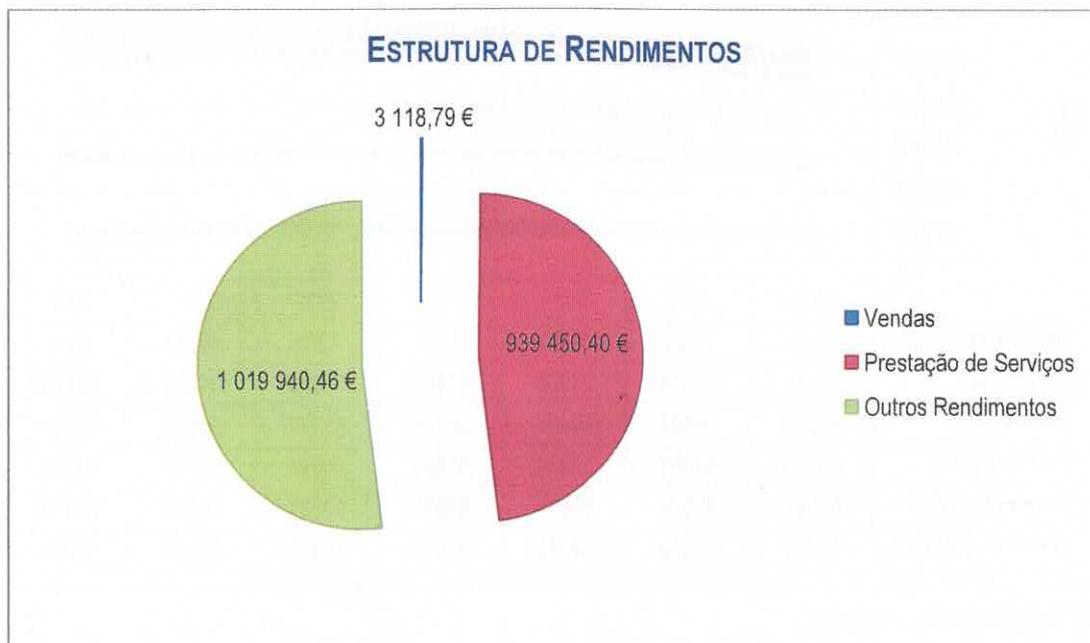


3 - ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

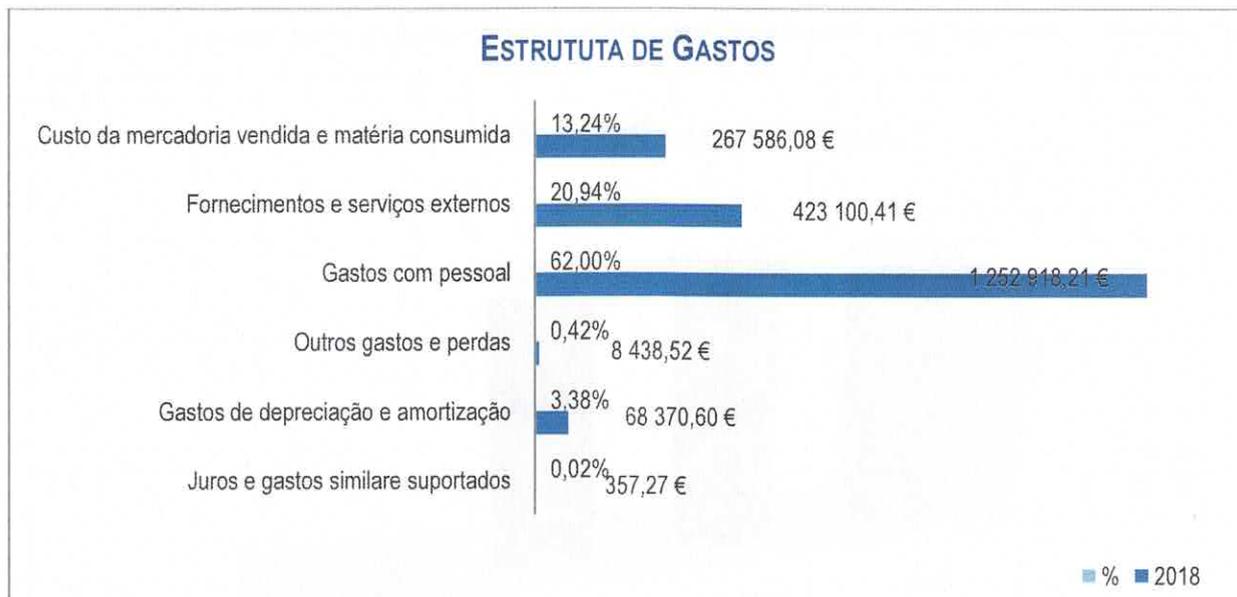
No período de 2018 verifica-se uma redução nesta rubrica, o que demonstra uma redução da atividade desenvolvida pela Instituição. Por diferença verifica-se uma diminuição de 0.58% em comparação com o exercício anterior. A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



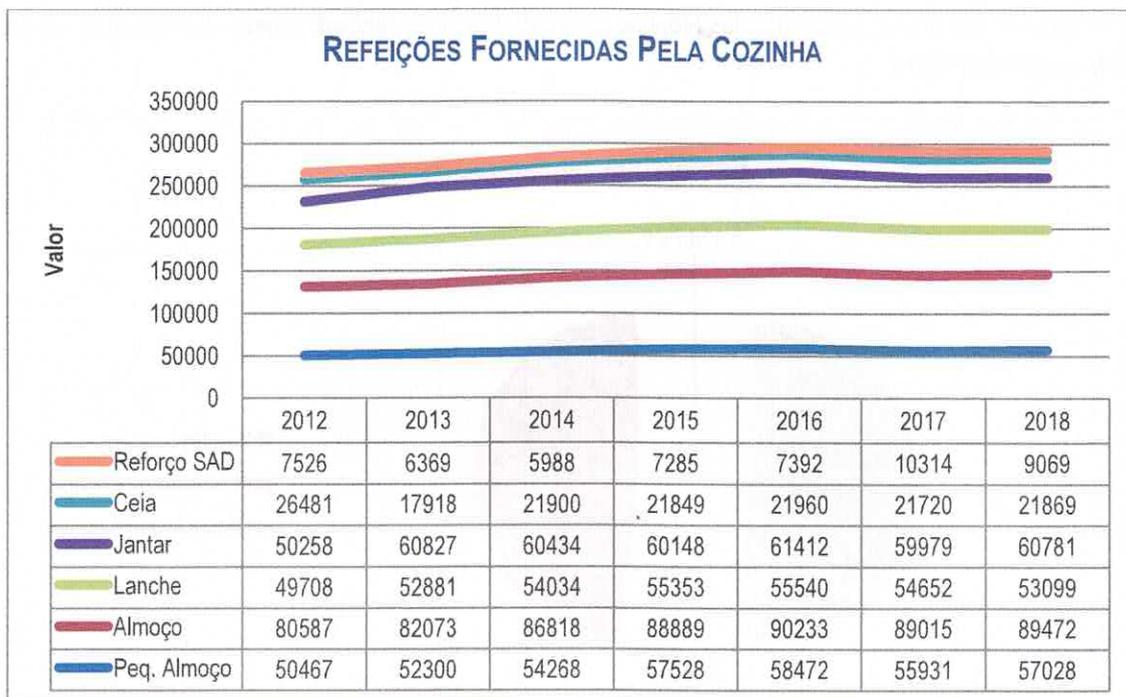
O quadro seguinte demonstra que as receitas próprias do Lar de São José também sofreram uma quebra, conforme se apresenta no gráfico seguinte:



No que se refere aos gastos do exercício, apresenta-se a sua estrutura, bem como o peso/percentagem relativa a cada uma das rubricas e com referência ao total dos custos.



No que respeita à rubrica de custos das aquisições, a tabela seguinte espelha a evolução das refeições servidas nos últimos anos, tendo 2018 totalizado 291 318 doses servidas:

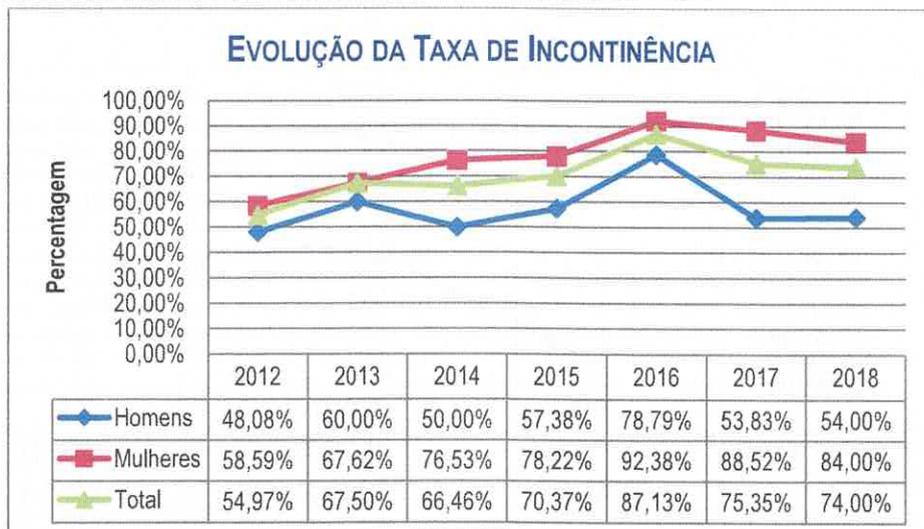


Fonte: Registos mensais da cozinha

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
TOTAL de Refeições	265 027	272 368	283 442	291 052	295 009	291 611	291 318



No quadro infra, verifica-se uma ligeira redução da taxa de incontinência dos residentes agora de 74%. Este valor traduz um aumento nas admissões de utentes mais autónomos. Contudo, mantêm-se o elevado estado de dependência da maioria dos utentes, o que suporta o peso dos encargos com os recursos humanos:



Fonte: Relatórios SCA TENA e facturação anual dos artigos de incontinência.

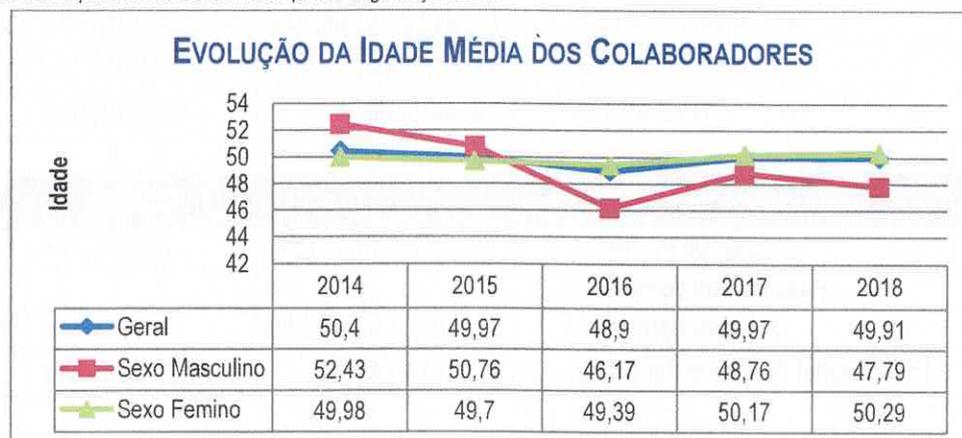
Nos encargos com os recursos humanos, comparativamente como o ano anterior, a rubrica dos gastos com o pessoal sofreu um aumento elevado, aproximadamente de 36 000€, devido a duas indemnizações e ao aumento do Salário Mínimo Nacional. Por sua vez, o número médio de colaboradores sofreu um decréscimo acentuado, contrariando assim a tendência dos últimos anos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	1.252.918,21€	1.217.173,19 €	1.262.388,34 €
Nº Médio de Pessoas	92	97	98
Gasto Médio por Pessoa	13.618,68€	12.548,18 €	12.881,51 €

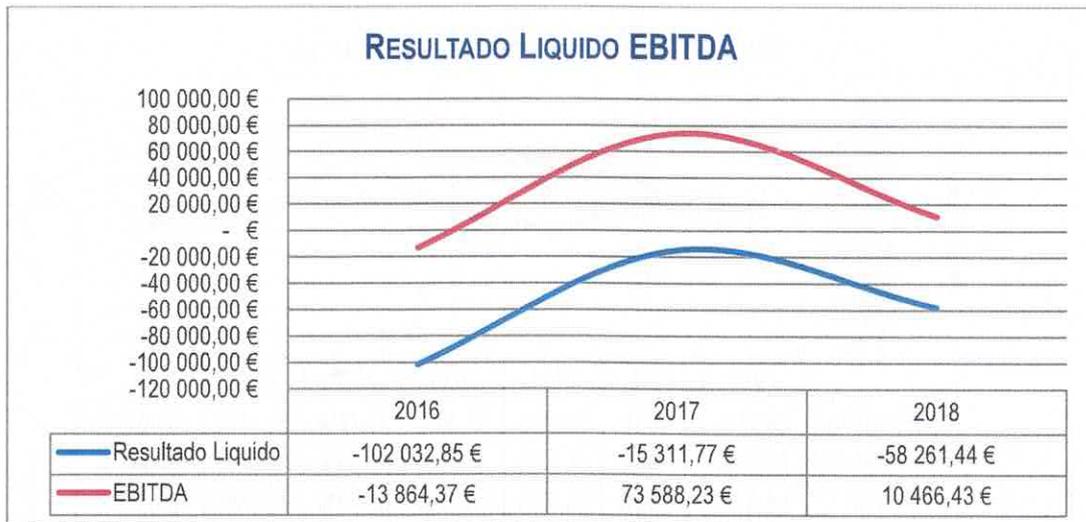
Número médio de utentes e colaboradores por resposta social em 2018:

Rubricas	ERPI (ex-Lar de Idosos)	SAD
Número médio de Utentes/Clientes	156*	44*
Número médio de Trabalhadores	84	8
Prestações de Serviço	17	

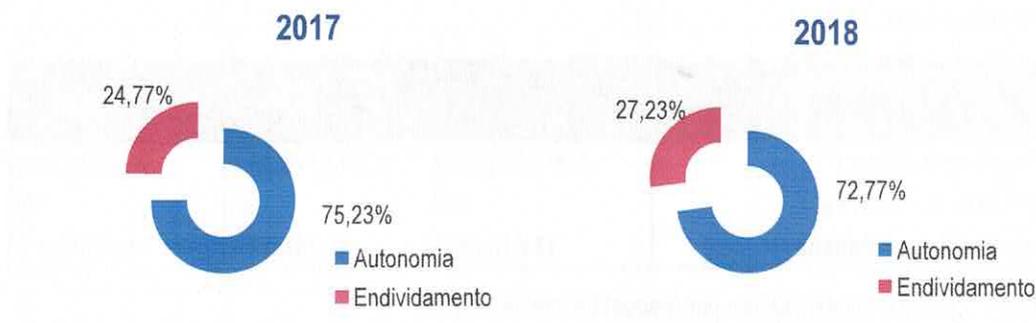
* Fonte: Mapas de frequência mensal enviados para a segurança social.



Pelo exposto, e como análise económica, a Instituição comparativamente com os últimos anos, apresenta os seguintes valores de EBITDA (Resultados-Juros-Depreciações) e do Resultado Líquido:



A posição financeira e em resultado da sua atividade, comparativamente com o exercício anterior, verifica-se a seguinte evolução no que se refere aos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Poderá avaliar-se a posição financeira da atividade através das seguintes rubricas do balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	1.191.847,88 €	64,10%	1.230.138,63 €	66,00%
Ativo corrente	667.453,32 €	35,90%	645.966,71 €	34,00%
Total Ativo	1.859.301,20 €		1.876.105,34 €	

RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	1.353.092,29 €	72,77%	1.411.353,73 €	75,00%
Passivo não corrente				
Passivo corrente	506.208,91 €	27,23%	464.751,61 €	25,00%
Total Capital Próprio e Passivo	1.859.301,20 €		1.876.105,34 €	

4 – RESULTADOS.

No orçamento para 2018 previa-se um resultado positivo de 41.090,00€, porém e depois do encerramento de contas, verifica-se um resultado negativo de 58.261,44€.

Neste exercício houve algumas alterações de gestão principalmente nos recursos humanos, originando indemnizações no valor aproximado de 37.000,00€. Também nos restantes custos se verificaram alguns desvios da orçamentação para a realidade.

Nos custos das mercadorias e matérias consumidas, houve um acréscimo de 39.786,08; nos fornecimentos e serviços externos um aumento de 21.090,41€; nos custos com o pessoal um aumento de 69.018,21€ (inclui já o valor das indemnizações).

De referir que no caso das depreciações, foram previstas 90.000,00€, no entanto verificou-se apenas o valor de 68.370,60€, em virtude de alguns elementos do imobilizado terem ficado totalmente amortizado em 2017.

Nos rendimentos, as vendas e as prestações de serviços haviam sido previstos 979.800,00€, tendo-se verificado um rendimento nestas rubricas de 942.569,19€.

O exercício de 2018 foi encerrado com um **resultado positivo antes de depreciações e juros no valor de 10.466,43€** e um resultado líquido negativo de 58.261,44€, propondo-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

5 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser destas.

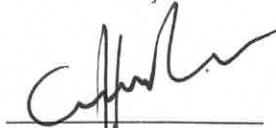
Um dos lemas da nossa vida empresarial que aprendemos é que a poupança deve ser a primeira despesa a efectuar e não uma reserva que é feita apenas com o que sobra. Quer isto dizer, que temos que continuar a reduzir despesas para mantermos esta Instituição.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Lar de São José.

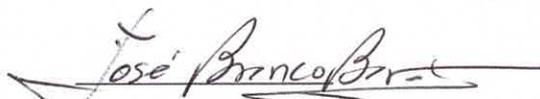
Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Covilhã, 28 de Fevereiro de 2019

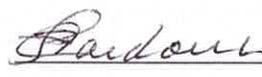
A Direção



O Presidente



O Vice-Presidente



O Tesoureiro



O Secretário

Lar de São José
Instituição Particular de Solidariedade Social
A DIRECÇÃO



A Vogal



Lar de São José

Instituição Particular de Solidariedade Social

A SERVIR A COMUNIDADE DESDE 1900

BALANÇO EM 31.12.2018

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 184 763,88	1 224 910,08
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	10,1	7 084,00	5 228,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 191 847,88	1 230 138,63
Activo corrente			
Inventários	5	27 556,09	39 621,00
Créditos a receber	10,3	2 825,11	2 318,14
Estado e outros entes públicos	10,9	10 728,03	5 094,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros ativos correntes - Diferimentos	10,4	1 909,34	6 161,58
Diferimentos	10,4	274,96	0,00
Caixa e depósitos bancários	10,6	624 159,79	592 771,16
		667 453,32	645 966,71
Total do ativo		1 859 301,20	1 876 105,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10,7	1 219 370,06	1 219 370,06
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	10,7	-117 061,90	-102 032,85
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10,7	309 045,57	309 045,57
		1 411 353,73	1 426 382,78
Resultado líquido do período		-58 261,44	-15 029,05
Total dos Fundos patrimoniais		1 353 092,29	1 411 353,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	10,8	34 140,82	34 997,91
Estado e outros entes públicos	10,9	30 500,37	31 377,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10,2	1 321,00	1 113,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	10,5	440 246,72	397 263,40
		506 208,91	464 751,61
Total do Passivo		506 208,91	464 751,61
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		1 859 301,20	1 876 105,34



Lar de São José

Instituição Particular de Solidariedade Social

A SERVIR A COMUNIDADE DESDE 1900

Demonstração dos Resultados Por Naturezas do período findo em 31.12.2018

Rendimentos e gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	942 569,19	948 154,17
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	1 007 648,96	961 068,72
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-267 586,08	-230 189,38
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-423 100,41	-405 499,27
Gastos com o pessoal	8	-1 252 918,21	-1 217 173,19
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	10.12	12 291,50	26 696,67
Outros gastos	10.13	-8 795,79	-9 791,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10 109,16	73 266,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-68 370,60	-88 295,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-58 261,44	-15 029,05
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		-58 261,44	-15 029,05
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-58 261,44	-15 029,05



Lar de São José

Instituição Particular de Solidariedade Social

A SERVIR A COMUNIDADE DESDE 1900

Demonstração dos resultados por Valências

Rendimentos e gastos	2018				
	Valências				
	LAR	Domicílio	Bar	QtºCorredoura	Cantina Social
Vendas e serviços prestados	854 807,63	65 836,21	21 925,35		
Subsídios, doações e legados à exploração	874 004,00	117 879,96			15 765,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-212 063,81	-25 677,67	-11 868,10		-17 976,50
Resultado Bruto	1 516 747,82	158 038,50	10 057,25	0,00	-2 211,50
Fornecimentos e serviços de terceiros	-408 364,19	-11 595,19		-3 129,82	-11,21
Gastos com o pessoal	-1 105 482,01	-118 747,63	-9 439,05		-19 249,52
Outros rendimentos e ganhos	3 807,05			6 915,00	
Outros gastos e perdas	-8 438,52				
Resultado Operacional	-1 729,85	27 695,68	618,20	3 785,18	-21 472,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-68 370,60				
Resultado antes de impostos	-70 100,45	27 695,68	618,20	3 785,18	-21 472,23
Juros e rendimentos similares obtidos	1 569,45				
Juros e gastos similares suportados	-357,27				
Resultados antes de impostos	-68 888,27	27 695,68	618,20	3 785,18	-21 472,23
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	-68 888,27	27 695,68	618,20	3 785,18	-21 472,23



Lar de São José

Instituição Particular de Solidariedade Social

A SERVIR A COMUNIDADE DESDE 1900

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rúbricas	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	-	1 031 565,27	972 695,01
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	-441 245,03	-708 212,28
Pagamentos ao pessoal	-	-1 252 918,29	-1 215 934,40
Caixa gerada pelas operações	+/-	-662 598,05	-951 451,67
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/-	324,82	1 062,45
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	720 674,08	976 787,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-	58 400,85	26 398,56
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-28 224,40	-13 342,10
Ativos intangíveis	-		-2 219,80
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+	1 569,45	1 454,16
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-	-26 654,95	-14 107,74
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamentos	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-	-357,27	-1 319,32
Dividendos	-		
Redução de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-357,27	-1 319,32
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 388,63	10 971,50
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	10.6	592771,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	10.6	624159,79



Lar de São José

Instituição Particular de Solidariedade Social

A SERVIR A COMUNIDADE DESDE 1900

Execução Orçamental para 2018

A Execução orçamental para 2018, apresentava um total de gastos de 1.914.210,00€ e um total de rendimentos de 1.955.300,00€.

Dos gastos verifica-se que o valor executado foi superior ao orçamentado em cerca de 5,56%.

Nos gastos com pessoal houve um acréscimo de 5,82% em relação ao valor previsto.

Nota: Houve pagamento de indemnização de 36.000,00€

Nos fornecimentos e serviços de terceiros um acréscimo de 5,24% sobre o valor orçamentado.

As vendas e serviços prestados tiveram uma redução de 3,80% sobre o valor orçamentado.

Os subsídios, doações e legados à exploração tiveram um aumento e 5,51% sobre o valor orçamentado.

Abaixo se indica quadro em que são evidenciados os valores orçamentados e executados.

Rendimentos e gastos	2018		
	PERÍODOS		
	Orçamentado	Executado	Diferença
Vendas e serviços prestados	979 800,00	942 569,19	37 230,81
Subsídios, doações e legados à exploração	955 000,00	1 007 648,96	-52 648,96
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-227 800,00	-267 586,08	39 786,08
			0,00
Fornecimentos e serviços de terceiros	-402 010,00	-423 100,41	21 090,41
Gastos com o pessoal	-1 183 900,00	-1 252 918,21	69 018,21
Outros rendimentos e ganhos	20 500,00	10 722,05	9 777,95
Outros gastos e perdas	-10 500,00	-8 438,52	-2 061,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	131 090,00	8 896,98	122 193,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-90 000,00	-68 370,60	-21 629,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBITDA)	41 090,00	-59 473,62	100 563,62
Juros e rendimentos similares obtidos		1 569,45	-1 569,45
Juros e gastos similares suportados		-357,27	357,27
Resultados antes de impostos (EBITDA)	41 090,00	-58 261,44	99 351,44
Imposto sobre o rendimento do período			0,00
Resultado líquido do período	41 090,00	-58 261,44	99 351,44

LAR DE SÃO JOSÉ

Anexo

31 de Dezembro de 2018

Índice	Página
1. Identificação da Entidade.....	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	3
4. Activos Fixos Tangíveis	7
5. Inventários	8
6. Vendas e Prestações de Serviços	8
7. Subsídios do Governo e apoios do Governo	8
8. Benefícios dos empregados	9
9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	9
10. Outras Informações	9
10.1 - Investimentos Financeiros.....	9
10.2 - Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	9
10.3– Créditos a Receber.....	10
10.4 - Outros Activos Correntes	10
10.5 - Outros Passivos Correntes	10
10.6 - Caixa e Depósitos Bancários.....	11
10.7 - Fundos Patrimoniais.....	11
10.8 - Fornecedores	11
10.9 - Estado e Outros Entes Públicos.....	11
10.10 - Subsídios, doações e legados à exploração	12
10.11 - Fornecimentos e serviços externos.....	12
10.12 – Outros rendimentos	12
10.13 – Outros gastos.....	12
11 - Acontecimentos após data de Balanço.....	13

Identificação da Entidade

1.1 LAR DE SÃO JOSÉ

1.2 Contribuinte 500 846 863

1.3 Largo Eduardo Malta - COVILHÃ

1.4 Atividade:

O Lar de São José é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundado em 12 de Fevereiro de 1900, registada na Segurança Social sob. O N.º.6,34/82 a Fls 132 a 136, em 16.04.1982, tendo como objetivo promover uma cobertura assistencial progressiva à terceira idade, no âmbito da circunscrição concelhia e suas áreas de influência, com duas principais valências – Lar de Internamento e Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2. – A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social /Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

2.3 - Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo como referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível,

assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar e mas decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor

Pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas com o gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade como período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50 Anos
Equipamento básico	3 a 8 Anos
Equipamento de transporte	4 a 6 Anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	2 a 8 Anos
Outros Activos fixos tangíveis	2 a 8 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.6 Inventários

Os "Inventarias" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.



Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos, Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

4 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
ATIVO						
Terrenso e recursos naturais	10 118,52					10 118,52
Edifícios e outras construções	1 848 298,46					1 848 298,46
Equipamento básico	541 690,87	4 913,85				546 604,72
Equipamento de transporte	147 772,64					147 772,64
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	93 675,98					93 675,98
Outros ativos fixos tangíveis						
Total	2 641 556,47	4 913,85				2 646 470,32

Depreciações acumuladas

Terrenso e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	661 282,78	42 955,03				704 237,81
Equipamento básico	487 006,93	21 548,48				508 555,41
Equipamento de transporte	104 017,52	18 884,95				122 902,47
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	87 201,96	4 907,02				92 108,98
Outros ativos fixos tangíveis						
Total	1 339 509,19	88 295,48				1 427 804,67
Investimentos em curso	1915,11	6517,25	2187,9			6244,43

2018

Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
ATIVO						
Terrenso e recursos naturais	10 118,52					10 118,52
Edifícios e outras construções	1 848 298,46					1 848 298,46
Equipamento básico	546 604,72					546 604,72
Equipamento de transporte	147 772,64					147 772,64
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	93 675,98	18 703,48				112 379,46
Outros ativos fixos tangíveis						
Total	2 646 470,32	18 703,48				2 665 173,80

Depreciações acumuladas

Terrenso e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	704 237,81	42 001,08				746 238,89
Equipamento básico	508 555,41	9 890,88				518 446,29
Equipamento de transporte	122 902,47	14 905,80				137 808,27
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	92 108,98	1 572,84				93 681,82
Outros ativos fixos tangíveis						
Total	1 427 804,67	68 370,60				1 496 175,27
Investimentos em curso	6244,43	9520,92				15765,35

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018			2017			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Mercadorias	10 450,00	151 331,63		5 996,59	166 824,43		10 450,00
Matérias-primas, subsidiárias	29 171,00	104 189,54		21 559,50	77 464,14		29 171,00
Prod.acabados intermédios							
Subpr. Desp.resid.e refugos							
Prod e trabalhos em curso							
Total	39 621,00	255 521,17		27 556,09	244 288,57		39 621,00
Custo merc.vendidas e das matérias consumidas				267 586,08			230 189,38
Variações invent produção							

6 Vendas e Prestações de Serviços

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	3 118,79	1 502,35
Prestação de Serviços		
Utilizadores	910 660,75	922 382,22
Quotas e Jóias	2 668,00	2 590,00
Serviços Secundários	4 199,45	4 205,93
Serviços de Bar da Instituição	21 922,20	17 473,67
Total	942 569,19	948 154,17

7 Subsídios do Governo e Legados à Instituição

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado – Instituto de Segurança Social":

Descrição	2018	2017
Para o Lar - Internos	726 904,02	711 304,50
Para Apoio Domiciliário	117 879,96	114 845,57
Para Complementos do Lar	25 799,10	22 019,21
Para compartipação de Vagas	48 717,60	17 805,19
Para Cantina Social	15 765,00	28 805,00
Outros inclui IEFP	62 538,88	57 367,49
Legados à Instituição	10 044,40	8 921,76
Total	1 007 648,96	961 068,72

8 Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos, os períodos de 2018 e 2017, não foram remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição foi de 92

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	922 991,17	934 114,23
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações/Acordos	36 666,73	
Encargos sobre as Remunerações	212 244,80	211 417,12
Seguros de Acid.Trabalho e Doenças Profissionais	11 084,58	11 369,04
IEFP - Estágios Profissionais	27 374,66	11 648,78
IEFP - Projetos Diversos	38 951,38	45 104,51
Equipamento para Pessoal	7,79	414,39
Medicina no Trabalho	3 290,00	2 856,00
Fundo Garantia C. Trabalho	154,05	209,12
Gastos de Acção Social	110,90	
Outros Gastos com Pessoal	42,15	40,00
Total	1 252 918,21	1 217 173,19

9 Divulgações por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em associadas		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos noutras empresas		
Outros investimentos financeiros	7.084,00	5.228,55
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	6.283,90	4.428,45
FRSS - Fundo Reestruturação do Setor solidário	800,10	800,10
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	7.084,00	5.228,55

10.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Activo		
Fundadores/associados/membros-em curso		
Doadores - em curso		
Patrocinadores		
Quotas		
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		
Outras operações		
Perdas por imparidade		
Total		
Passivo		
Quotas	1.321,00	1.113,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
Resultados disponíveis		
Outras operações		
Total	1.321,00	1.113,00

10.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes c/corrente	2.075,59	1.897,49
Utentes - COFRE-mensalidades em débito	749,52	420,65
Utentes - Mensalidades em débito		
Total	2.825,11	2.318,14

10.4 Outros Activos Correntes

Esta rubrica tinha em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.409,34	5.661,58
Outras operações	500,00	500,00
Outros devedores/Diferimentos	274,96	
Perdas por Imparidade		
Total	2.184,30	6.161,58

10.5 Outros Passivos Correntes

Esta rubrica tinha em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Passivos a Reconhecer		
Utentes - Valores em cofre	209.865,05	192.852,73
Remun.pagar ao pessoal-Férias+sub.2019	163.550,21	180.955,09
Combustíveis e outros fluidos	7.764,58	3.979,52
Comunicações	273,05	251,72
Eletricidade, água e derivados	9.477,51	9.056,31
Outras despesas a pagar	49.316,32	10.168,03
Sindicato da Função Pública		
Total	440.246,72	397.263,40

10.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	750,05	799,92
Depósitos à ordem	297.106,49	215.997,39
Depósitos a prazo	326.303,25	375.973,85
Outros		
Total	624.159,79	592.771,16

10.7 Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.219.370,06			1.219.370,06
Excedentes técnico				
Reservas				
Resultados Transitados	-102.032,85	-15.029,05		-117.061,90
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	309.045,57			309.045,57
Total	1.426.382,78	-15.029,05	0,00	1.411.353,73

10.8 Fornecedores

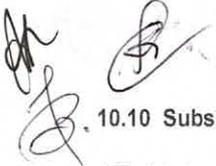
O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	34 140,82	34 997,91
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Outros		
Total	34 140,82	34 997,91

10.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
IRC-Retido por Terceiros	234,56	133,19
IVA a Recuperar - Alimentar	10 493,47	4 961,64
Outros Impostos e Taxas		
Total	10 728,03	5 094,83
Passivo		
IRC-Ip. Rendimentos das Pessoas Colectivas		
IVA a pagar	530,92	794,15
IRS Rend. Pessoas Singulares	6 358,91	6 784,83
Segurança Social	23 610,54	23 620,19
Fundos de Compensação		178,13
Total	30 500,37	31 377,30



10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	989 763,75	950 746,96
Súbsídios de outras Entidades	7 840,81	1 400,00
Doações e heranças		
Legados	10 044,40	8 921,76
Total	1 007 648,96	961 068,72

10.11 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		
Serviços Especializados	198 657,78	193 433,69
Materias	61 076,66	63 174,07
Energia e fluídos	146 211,80	133 958,38
Deslocações, estadas e transportes	4 449,26	3 864,99
Serviços diversos	12 704,91	11 068,14
Total	423 100,41	405 499,27

10.12 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	9 762,32	14 830,16
Descontos de pronto pagamento		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendim.ganhos subsid.assoc.e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em invest.não financeiros	1 569,45	2 261,74
Outros rendimentos	959,73	9 604,77
TOTAL	12 291,50	26 696,67

10.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	7.813,52	7.846,97
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
G. e P.subsid., assoc. e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		1.319,32
Outros gastos e Perdas	982,27	625,00
TOTAL	8.795,79	9.791,29

11 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção desta Instituição.

Covilhã, 31 de Dezembro de 2018

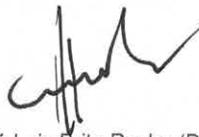
A Direcção

Lar de São José
Instituição Particular de Solidariedade Social
A DIRECÇÃO



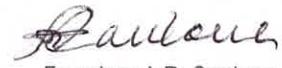
José Branco Barata

Vice-Presidente



José Luis Brito Rocha (Dr.)

Presidente



Francisco A.R. Cardona

Tesoureiro

O Contabilista Certificado

José António Martins – N° 27940



ACTAS

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. Introdução

De acordo com o que dispõe a alínea b) do art.º 42º dos Estatutos da Instituição, vai o Conselho Fiscal submeter à apreciação da Assembleia Geral o seu parecer sobre o relatório anual de Gestão da Direcção e respectivo anexo, em função da nossa acção fiscalizadora, onde estão referenciadas todas as operações contabilísticas decorrentes do exercício de 2018, elementos estes que nos foram facultados por aquele Órgão na reunião havida em 14 de Março corrente, pelas 14 horas, na sede do Lar de São José.

2. Relatório

- 2.1. Na posse dos elementos contabilísticos apresentados conjugados com os esclarecimentos por nós solicitados, não foi difícil desempenhar a missão a que nos propusemos no que respeita à sua apreciação e análise.
- 2.2. Além do Relatório de Gestão do Órgão Executivo, foram analisadas as peças contabilísticas decorrentes da operacionalidade de Gestão do Executivo, como sejam o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Resultados por Valências, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e bem assim o Anexo. Tudo foi encontrado em conformidade com as disposições legais e reflectem, no essencial, a posição decorrente dos registos contabilísticos, ou seja a posição financeira da Instituição e o Resultado das suas Operações.
- 2.3. Merece-nos especial referência, antes de mais, o facto de salientar o desvio bastante acentuado verificado entre a operacionalidade de gestão e a proposta do Orçamento discutida ao tempo referente a este exercício e que se traduziu em cerca de 99.000 euros. Porém, surgiram factos que não se previam aquando da elaboração do orçamento como foi o caso do aumento do salário mínimo nacional e indemnizações por acordo extra-judiciais, respeitantes ao despedimento de funcionários indesejáveis, tudo no montante de cerca de 69.000 euros – embora no tocante àquelas indemnizações ter sido recuperado parte das mesmas em virtude do não pagamento dos salários, uma vez que não foram substituídos e ainda de referir o aumento verificado nos produtos e matérias consumíveis e outros serviços em cerca de 60.000 euros, tendo ainda em vista a diminuição dos rendimentos em cerca de 17.000 euros, e o aumento das despesas em cerca de 40.000 euros.
- 2.4. Tudo analisado que foi, podemos salientar que o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 evidencia um activo líquido de 1.859.301.20 euros e um passivo de 506.208.91 euros.

Em face de tudo o que foi sumariamente referido acima, verificamos também que o Resultado Líquido do exercício foi negativo em 58.261.44 euros. Todavia, o resultado operacional ou seja antes das

depreciações foi positivo em 10.466.43 euros, ao contrário do ano anterior que foi negativo em 13.864.37 euros.

Apraz-nos referir que, em face das óptimas condições do imobilizado corpóreo, a amortização constituída sobre o mesmo não representa qualquer indicio de substituição, e, antes pelo contrário, constitui uma maior disponibilidade de tesouraria, influenciando positivamente os rácios de solvabilidade e liquidez muito acima ou necessário para solver compromissos a curto ou médio prazo – veja-se a rubrica ou "Caixa e Bancos", - cuja disponibilidade imediata se situa em 624.159.79 euros, portanto superior à do exercício anterior apesar de todas as contrariedades orçamentais.

- 2.5. O Conselho Fiscal regista com apreço a actividade exercida pelo Executivo no tocante à execução orçamental, que apesar dos desvios negativos em algumas componentes, manteve o equilíbrio de gestão altamente susceptível e ainda pelo facto da constante preocupação em oferecer as melhores condições aos utentes do Lar, quer aos residentes, quer aos domiciliários.

Assim sendo e sem necessidade de referir outros considerados relevantes, o Conselho Fiscal é de:

3. Parecer

- 3.1. Que a Assembleia Geral aprove as contas apresentadas pela Direcção que mereceram toda a nossa concordância.
- 3.2. Que aprove a proposta da Direcção no que se refere ao destino do saldo negativo 58.261.44 euros para a sua transferência para a conta de "Resultados Transitados".
- 3.3. Por fim, que seja aprovado um voto de louvor ao Órgão Executivo pela sua determinação e dedicação demonstrados na condução dos destinos da Instituição, não excluindo destes adjectivos todo o pessoal pelo desempenho manifestado no exercício das suas funções.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião por volta das 18horas do dia 14 de Março de 2019.

Nota: O relator utilizou na elaboração deste texto a antiga ortografia

O Conselho Fiscal,



JOSÉ EDUARDO FARIA NEIVA SANTOS
Rua João de Deus, n.º 6 - 1º - Salas 105/106
4100-456 Porto
NIF 127 655 085
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
n.º registo OROC 228
n.º registo CMVM 20160052

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de **Lar de São José**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.859.301,20 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.353.092,29 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 58.261,44 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar



- uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
 - concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
 - comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



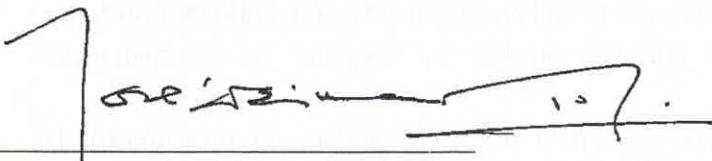
JOSÉ EDUARDO FARIA NEIVA SANTOS
Rua João de Deus, n.º 6 - 1.º - Salas 105/106
4100-456 Porto
NIF 127 655 085
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
n.º registo OROC 228
n.º registo CMVM 20160052

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em minha opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 06 de Março de 2019



José Eduardo Faria Neiva dos Santos

CC 0087R68 3 222

ACTAS

ATA N.º 1/2019

-----ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 20 DE MARÇO DE 2019-----

Aos vinte dias do mês de Março de dois mil e dezanove, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia-geral ordinária do Lar de São José, sita na sua sede, Largo Eduardo Malta 6200-352 Covilhã, que ao abrigo do n.º 2 alínea b) do art.º 29º, e n.º 1 e 2 do art.º 30º dos Estatutos do Lar de S. José e, que para o efeito, foram os seus associados legalmente convocados através de: Aviso postal; Correio eletrónico; Afixação em locais públicos e publicação na página da internet da instituição (www.lardesaose.com), a participarem na assembleia, contendo a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Leitura do aviso convocatório e leitura da ata da última Assembleia Geral;-----
2. Período de trinta minutos antes da Ordem do Dia para discussão de assuntos de interesse para a Instituição;-----
3. Apresentação, discussão, votação e aprovação do Relatório e Contas do exercício do ano de 2018, bem como parecer do Conselho Fiscal;-----
4. Informações da Direção;-----

A assembleia-geral foi presidida pelo presidente Dr. António Fontes Neves e, secretariada pelo 1.º secretário Dr. Victor Manuel Reis Silva e 2.º secretário Sr. Manuel de Oliveira Gomes.-----

Declarada aberta a sessão o Sr. Presidente da Mesa incumbiu o secretário Sr. Manuel Gomes de proceder à leitura do aviso convocatório e, nada havendo a registar foi o mesmo aprovado por unanimidade-----

De seguida e, pelo mesmo secretário foi lida a ata da assembleia anterior.-----

Posta à consideração dos presentes e, nada havendo a registar, foi a referida ata aprovada por unanimidade.

Ponto 2. Período de 30 minutos antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse para a Instituição.-----

Sobre este ponto, não foi solicitada qualquer intervenção.-----

Ponto 3. Apresentação, discussão, votação e aprovação do Relatório e Contas do exercício do ano de 2018, bem como parecer do Conselho Fiscal.-----

Foi pelo presidente da mesa dada a palavra à direção que na pessoa do seu Presidente Dr. José Luís Brito Rocha apresentou o Relatório de Gestão da Direção em suporte de papel e digital, onde de forma clara e bem melhor explícita, consta toda a atividade e contas, desenvolvida no exercício do ano de 2018.-----

Mais o Sr. Presidente da direção abordou e esclareceu de forma apropriada todos os pontos fundamentais da gestão administrativa e financeira da instituição, apontando depois para as considerações finais constantes no Relatório/caderno, ao dispor de todos os associados presentes na assembleia.-----

Relativo às contas coube à Dr.ª Patricia Pereira, apresentar através de projeção informática, todas as contas do exercício, onde os presentes puderam acompanhar todas as rúbricas e balancetes, com esclarecimentos mais acentuados daqueles considerados mais relevantes.-----

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal Dr. Hilário Pinto da Costa, tendo este feito a apresentação e leitura da ata, do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.-----

Assim e, face à análise rigorosa de todos os documentos contabilísticos, solicitou à assembleia que fossem aprovado o seguinte:-----

1. Que a Assembleia-geral aprove as contas apresentadas pela Direção, que mereceram a nossa concordância;-----

2. Que se aprove a proposta da Direção no que refere ao destino do saldo negativo 58.261,44 euros para a sua transferência para a conta de "Resultados Transitados";-----
3. Por fim, que seja aprovado um voto de louvor ao Órgão Executivo pela sua determinação e dedicação demonstrados na condução dos destinos da instituição e a todo o pessoal que aqui trabalha pelo desempenho manifestado no exercício das suas funções.-----

De imediato e, para discussão do 3º ponto da Ordem de Trabalhos/Ordem do Dia foi dada a palavra ao associado Sr. João Manuel Pinto que solicitou alguns esclarecimentos sobre o Relatório e Contas.-----

Sobre este pedido de esclarecimento usou da palavra o contabilista do Lar de S. José Sr. José António que prontamente esclareceu os conteúdos das demonstrações financeiras, tendo concluído que a gestão das contas da instituição foi feita de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor.-----

Mais usou da palavra o associado Sr. João Romano sobre a emissão do parecer do Conselho Fiscal, opinando no sentido da resolução do mesmo não necessitar de aprovação da Assembleia face ao disposto aplicável por lei.-----

Não havendo mais intervenções e ou pedidos de esclarecimentos o Sr. Presidente da mesa pôs à aprovação o seguinte:-----

Ponto 3. Apresentação, discussão, votação e aprovação do Relatório e Contas do exercício do ano de 2018, e o parecer do Conselho Fiscal que mereceram a aprovação da Assembleia por unanimidade.-----

Voto de louvor proposto pelo Conselho Fiscal ao Órgão Executivo pela sua determinação e dedicação demonstrados na condução dos destinos da instituição e a todo o pessoal que aqui trabalha pelo desempenho manifestado no exercício das suas funções que também mereceu a aprovação da Assembleia por unanimidade. -----

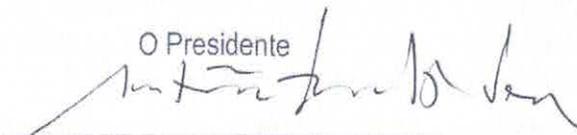
Ponto 4. Informações da Direção.-----

Relativo a este ponto interveio o Sr. Presidente da Direção, Dr. José Luís Brito Rocha que abordou e informou de forma genérica os problemas que de modo geral mais se fazem sentir na instituição, vindo mais uma vez à discussão a problemática criada pelo contrato/programada CLDS+.-----

Sobre este tema houve algumas intervenções e pedidos de esclarecimento nomeadamente pelo associado Sr. João Romano e Dr. Victor Reis Silva tendo este informado a assembleia da forma como foi gerido este programa com as parcerias componentes, nomeadamente com a autarquia local, Camara Municipal da Covilhã e que esta última questão não seja esquecida para que a instituição seja ressarcida, tendo em conta os custos financeiros que o Lar de S. José suportou quando da sua intervenção de cariz social no seio da comunidade covilhanense.

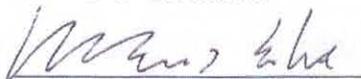
E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia-geral, Dr. António Fontes Neves deu por encerrados os trabalhos pelas 22:30h., da qual se lavrou a presente ata que, por ser verdade e para que conste, vai ser assinada pelo presidente e respetivos secretários da mesa.-----

O Presidente



(Dr. António Fontes Neves)

O 1.º Secretário

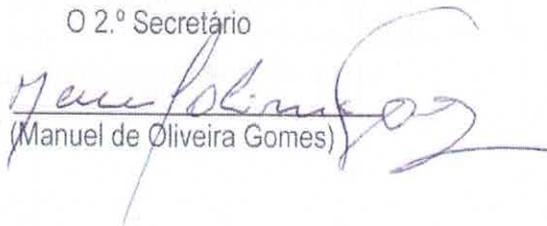


(Dr. Victor Manuel Reis Silva)



Lar de São José
Covilhã

O 2.º Secretário



(Manuel de Oliveira Gomes)